



**ONDE ESTÃO OS BEBÊS? REFLEXÕES PARA SUA CONSTRUÇÃO
CONCEITUAL A PARTIR DE UM DEBATE INTERDISCIPLINAR**

***Where are the babies? Reflections for its conceptual
construction from an interdisciplinary debate***

Nazareth Salutto

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. E-mail: nazarethssalutto@gmail.com

Anelise Monteiro do Nascimento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. E-mail: anelise.ufrrj@yahoo.com.br

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 14-37, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

RESUMO. Este texto tem como objetivo apresentar reflexões que visam compreender o bebê como categoria de análise nas Ciências Humanas. Para tanto, partimos do debate no interior do campo da Educação Infantil, por meio de revisão de literatura, na qual é possível identificar avanços no que diz respeito aos estudos sobre, com, para se pensar os bebês. Ressalta-se o caráter interdisciplinar das pesquisas que, por sua vez, contribuem para avançarmos da questão “onde estão os bebês?”, para se pensar a constituição de uma categoria conceitual *bebê*, que possa colaborar para o debate político, acadêmico em torno da visibilidade social do bebê como *pessoa*.

PALAVRAS-CHAVE. Bebês.
Interdisciplinaridade. Pesquisa.
Ciências Humanas.

ABSTRACT. This text aims to present reflections that aim to understand the baby as a category of studies in the Human Sciences. To do so, we start from the debate within the studies of Early Childhood Education, through a literature review, where it is possible to identify advances in studies on, with, to think babies. We emphasize the interdisciplinary nature of the research that, in turn, can contribute to the advancement of the question "where are the babies?", To think about the constitution of a conceptual baby category that can contribute to the political, academic debate around the social visibility of the baby as a person.

KEYWORDS. Babies.
Interdisciplinarity. Research. Human Sciences.

PALAVRAS INICIAIS

Cada coisa tem um jeito de começar. Têm muitas coisas que começam só por causa de uma vontade (TAVANO, 2009, s/n).

O presente artigo tem por objetivo socializar parte dos caminhos percorridos no mapeamento, por meio da revisão de literatura, sobre como o bebê vem sendo constituído como categoria de estudo no campo da Educação Infantil¹. Esse movimento de pesquisa diz respeito à intenção de construir interfaces, especialmente no debate interdisciplinar, que possibilitem delimitar uma conceituação para o bebê que subsidie investigações teórico-metodológicas que impactem política, acadêmica e socialmente na visibilidade do bebê como *pessoa* a partir de suas manifestações e singularidades.

As análises preliminares atestam a ampliação dos estudos *sobre, para e com* os bebês, bem como o caráter interdisciplinar que atravessa as investigações, com destaque para os campos da Educação, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Estudos da Infância (TRISTÃO, 2004; GUIMARÃES, 2008; SCHMITT, 2008; COUTINHO, 2010; TEBET, 2013; MATTOS, 2018). Contudo, se por um lado as pesquisas sobre bebês no campo da Educação Infantil avançam gradativamente, ainda se faz necessário ampliar desdobramentos sobre a conceituação da categoria *bebê* (ver Verbete a seguir), bem como o impacto que pode advir dessa proposta conceitual.

As discussões apresentadas estão estruturadas do seguinte modo: (i) Bebês na Educação Infantil: dimensão política e técnica; (ii) Diálogos interdisciplinares: caminhos para se chegar aos bebês?; (iii) os bebês como categoria conceitual de estudo: em busca de um lugar.

¹ Lócus de atuação das autoras no ensino, na pesquisa e na extensão.

OS BEBÊS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS POLÍTICOS E TÉCNICOS

Certas coisas nem sempre começam sendo o que são (TAVANO, 2009, s/n).

Inserir o bebê como categoria de estudo no campo da Educação, em especial no interior da Educação Infantil, tem mobilizado esforços investigativos de diferentes grupos de pesquisa no cenário brasileiro. A expressividade dos estudos resulta tanto das pesquisas, quanto do debate social em torno da institucionalização dos bebês, procedente da luta e engajamento de diferentes setores da sociedade nas últimas quatro décadas, resultando na representatividade legal e no reconhecimento social dos bebês, que têm a Educação Infantil como um de seus direitos.

Esse cenário não descarta, contudo, a necessidade de ampliação do debate que tome o bebê a partir de suas especificidades, seus modos próprios de se comunicarem com o mundo (processos de subjetivação, relações, expressões, linguagem, manifestação dos desejos e necessidades), de se relacionarem com o entorno (espaços, materiais, outras pessoas, tempo, ritmo, cultura, sociedade), de modo a enfrentar a invisibilidade que o discurso genérico e tangencial sobre o bebê tem sido pautado na agenda política (ROSEMBERG, 2015; GOBBATO e BARBOSA, 2017). Nesse sentido, produção de pesquisa e políticas nem sempre se coadunam e, para sustentar a posição do bebê na estrutura das políticas públicas para educação, faz-se necessário compreender caminhos e pautas da Educação Infantil.

Nunes et al. (2011) demonstram que a construção histórica da ideia de Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica teve duas dimensões, uma político-administrativa, com a criação de organizações sociais, órgãos governamentais, leis; e outra técnico-científica, constituída pelas apostas advindas de diferentes campos de estudos da criança, como Psicologia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, entre outros. Estas duas dimensões, a partir da Constituição Federal de 1988, “[...] se juntam para formar, ao menos no propósito das leis e das diretrizes técnicas e na definição da política de atenção integral à criança, um caminho cuja pista central passa a ser a educação” (NUNES et al., 2011, p. 14). O

movimento de luta das mulheres trabalhadoras, com movimentos sociais conjugados à abertura política a partir da década de 1980, cumpriu importante papel para o grupo etário compreendido por 0 a 3 anos frente às políticas de atendimento do Estado, entre as quais destacam-se:

- i) Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que define o direito à educação desde o nascimento como dever do Estado e da família;
- ii) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (BRASIL, 1996), que define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo a creche destinada ao atendimento de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos²;
- iii) Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)³.

O que nos leva a buscar o marco da entrada dos bebês na dimensão político-administrativa e, conseqüentemente, a definição de sua vinculação à Educação diz respeito à necessidade histórica do atendimento aos bebês, que surge como resposta às demandas das mães trabalhadoras. Isso impôs à Educação o desafio de constituir, no nível político e prático, princípios para o trabalho cotidiano no atendimento ao grupo etário compreendido por 0 a 3 anos.

Antes da definição de que o atendimento às crianças até três anos teria caráter educacional, a creche como lugar de guarda já existia no Brasil e estava vinculada à Assistência Social. Tal origem, assim como a passagem para a Educação, impactam tanto na construção da identidade da creche como espaço educativo, quanto num trabalho que se constituiu, em grande parte, de forma exterior às motivações e manifestações dos bebês (KRAMER, 1987; VIEIRA, 1988; ROSEMBERG, 1989; HADAD, 1991; CAMPOS et al., 1995; ROCHA, 2002)⁴. Conceber

² Sobre corte etário para matrícula ver resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98311-rceb002-18&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192>.

³ Outros documentos que norteiam políticas e práticas na Educação Infantil no Brasil: Brasil (1998, 2009a, 2009b, 2009c, 2010b, 2017). No portal do Ministério da Educação/MEC estão disponibilizados outros documentos que permitem compreender a trajetória da Educação Infantil nos últimos quarenta anos (BRASIL, 2017).

⁴ Rosemberg (1989, p. 90) afirma que: “A proposta de creche, portanto, até época bastante recente, não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida como instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora”. Na Educação Infantil, os debates em torno da constituição de sua identidade enquanto campo de estudo, como espaço educacional, vem se dando ao longo dos últimos 40 anos, revelando nuances que esbarram, além da especificidade do seu fazer, com questões de ordem estrutural na sociedade brasileira, como a pobreza, a vulnerabilidade, as condições sociais a que estão submetidos os sujeitos

uma prática voltada para as especificidades dos bebês desafia a Educação porque os bebês possuem experiências de viver, conhecer, relacionarem-se com os outros e com o mundo diferente das crianças de quatro, cinco, seis, dez anos, ou dos adultos. A proposição de um atendimento educacional para essa faixa etária tem sido desafio enfrentado, mas não resolvido, como revelam algumas pesquisas.

Outro destaque na constituição dos bebês como campo de estudo na Educação diz respeito aos embates presentes tanto na dimensão político-administrativa, como na técnico-científica. Na dimensão político-administrativa o embate pode ser verificado pela distância de tempo entre a promulgação das leis e a elaboração de normativas que delineiem e normatizem o atendimento nesse segmento da Educação Básica (BRASIL, 2010; BRASIL, 1998). No que se refere à dimensão técnico-científica, os embates relativos à concepção, objetivos e finalidades, travados sobre a creche, têm forjado a trama das pesquisas sobre bebês na Educação Infantil. De acordo com Silva et al. (2010), Rocha e Buss-Simão (2013) e Buss-Simão et al. (2015), no que concerne à especificidade dos estudos sobre bebês e creches, ainda que haja avanços na área, são tímidos diante do volume de estudos sobre temas do outro segmento da Educação Infantil: a pré-escola.

A mesma realidade ocorre com relação às linhas de pesquisa. Silva et al., a partir do levantamento sobre os grupos de pesquisa com ênfase nos estudos da Educação Infantil, destacam a centralidade das pesquisas com crianças de 3 a 4 anos, no segmento da pré-escola, o que faz com “que as pesquisas sobre educação infantil continuem priorizando estudos com ou sobre crianças com idade imediatamente anterior à entrada no ensino fundamental” (SILVA et al., 2010, p. 88). Isso revela que a pesquisa em Educação Infantil está mais centrada na produção e desafios que cercam a escolarização das crianças, ou a produção do aluno, do que em outros aspectos que cercam a experiência da infância que é entrecortada pela inserção das crianças em uma instituição educacional.

Buss-Simão et al. (2015) apontam para a ampliação de estudos com a temática dos bebês, quando se analisam os trabalhos apresentados na reunião nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), instituição que tem um grupo de trabalhos específico para a divulgação de

que compõem o grupo atendido.



pesquisa na Educação Infantil. De acordo com os autores, foram publicados no GT 07 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos), no período de 2003 a 2013, 175 trabalhos, dos quais 23 apresentavam ênfase na pesquisa de 0 a 3: “gradativamente, as pesquisas passaram de uma perspectiva que procurava incluir marginalmente os bebês, para uma perspectiva que passa a privilegiar ou priorizar os bebês” (Buss-Simão et al., 2015, p. 105)⁵.

A multiplicidade das estratégias de pesquisa, do espectro teórico-metodológico, revela que o campo dos estudos dos bebês vem se constituindo no hibridismo das linguagens entre áreas do conhecimento ao longo das últimas décadas, apontando para uma complexa e necessária circularidade. De um lado, as pesquisas se tecem na esteira da tradição da Educação, caracterizada pela dimensão *multidisciplinar* (ROCHA, 2002). Por outro, sinalizam que vêm alargando seu próprio tecido, convergindo campos de modo que torne possível apontar para uma dada concepção de bebês como categoria de estudo – no interior da Educação de modo geral, e da Educação Infantil em particular, num diálogo *interdisciplinar*, buscando situar e dar visibilidade aos estudos com os bebês a partir de suas singulares manifestações, item que será discutido a seguir.

⁵ Para mais informações sobre o levantamento de pesquisa com bebês, ver Mattos (2018).

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: CAMINHOS PARA SE CHEGAR AOS BEBÊS?

O que parece complicado quase sempre começa simples (TAVANO, 2009, s/d).

Situar o debate sobre os bebês como categoria de estudo entre campos de conhecimento equivale a um exercício de escavação⁶, uma vez que não se encontram construções lineares ou claramente delimitadas para os bebês. O que a revisão de literatura tem possibilitado identificar na Educação Infantil trata do diálogo que emerge da interdisciplinaridade que vem conferindo visibilidade ao bebê como categoria de estudo no desdobramento dos estudos que envolvem as categorias *infância(s)* e *criança(s)*. Esse processo de “pesquisa das pesquisas” (ROCHA, 2002) tem tornado possível mapear de que modo os conceitos de criança e de infância vêm constituindo a Pedagogia da Infância, respaldando políticas e práticas, enfatizando necessárias distinções sobre a perspectiva educação x ensino, por exemplo.

De acordo com Rocha e Buss-Simão, nos últimos 20 anos “a consolidação dos estudos da infância vem aproximando fronteiras disciplinares e, como resultado desse movimento científico e político, tem reafirmado a necessidade de análises que considerem a complexidade das relações que envolvem a infância e sua educação” (ROCHA e BUSS-SIMÃO, 2013, p. 6). De maneira tangencial, acreditamos ser possível observar pistas que levam aos bebês no interior dessas discussões (sem, contudo, os tomarem como objeto de estudos). Vejamos algumas delas.

Pediatria, Psicologia, Biologia são áreas que parecem ter circunscrevido um lugar para o bebê durante longo período, na produção intelectual e nas práticas pedagógicas. Uma dimensão evolutiva, desenvolvimentista, linear, inscrita por algumas cartilhas no início do século XX, pautou práticas, artefatos e fundamentou concepções que impactaram em práticas e discursos sobre as necessidades de educação e acolhimento para os bebês. De acordo com Rossetti-Ferreira et al.:

A maioria dos Manuais de Psicologia do Desenvolvimento reflete bem a predominância de uma visão fragmentada e descontextualizada na área. Fala-se no desenvolvimento linear do indivíduo, agrupando os fatos de tal

⁶ Esse mapeamento vem sendo construído e não seria possível esgotá-lo aqui.



processo em estágios, etapas ou fases. No entanto, vale destacar que entre os diferentes autores que têm trabalhado com a concepção de estágios e fases, há diferenças importantes, traduzindo concepções de estágios muito diversas e até mesmo opostas. Apesar disso, os autores esforçam-se por definir os estágios e sua sucessão; por discutir o problema da passagem de um estágio a outro e, ainda, por colocar a questão sobre a continuidade/descontinuidade do desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2009, p. 439).

No entender das autoras, a perspectiva evolutiva impactou modos de recepção e o discurso de educadoras, gestoras e famílias, nos contextos coletivos de educação. Essa compreensão não se deu desvinculada do discurso econômico, social, político desenhado nas primeiras décadas do século XX, que visava combater desigualdades produzidas sob perspectiva compensatória, em que se ressaltava o caráter de responsabilização individual do sujeito e não as causas estruturais que levavam às desigualdades (ROCHA, 2002; FREITAS e BICCAS, 2009).

Não se trata, portanto, de negar a contribuição epistemológica e conceitual dessas disciplinas na constituição do indivíduo, mas das formas de apropriação e uso dessas teorias no contexto sócio educacional, bem como de sua inarticulação com as dimensões social e afetiva que também constituem o indivíduo. Isso, porque:

[...] embora a constituição genética, a anatomia e a fisiologia sejam humanas, o aspecto orgânico por si não é capaz de estabelecer as sequências e os percursos de desenvolvimento e, muito menos, de humanizar o bebê a partir do nascimento. O que se coloca é a necessidade de compreender o lugar do “outro social”, ou seja, os diferentes parceiros da criança, adultos ou outras crianças, não como elemento que pode modificar o curso e percurso do desenvolvimento geneticamente programado, mas como inerentemente constituindo aquele desenvolvimento, a partir de uma intrínseca interação pessoa-meio. Isso traz à Psicologia do Desenvolvimento a necessidade de incorporar a noção de que, para que o desenvolvimento promova a humanização, o aspecto biológico deva ser considerado de maneira integrada com os aspectos relacional, contextual e cultural (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2009, p. 440-1).

Discussões como essas vêm sedimentando novas possibilidades de estudo, uma vez que convocam à reconsideração dos quadros de apropriação e interlocução *intra* e *entre* campos disciplinares, convergindo para necessária revisão das Ciências Humanas⁷.

⁷ Não caberia aqui extenso aprofundamento do debate intracampos científicos, contudo, pode-se afirmar que a batalha mais contundente travada nas ciências humanas se dá entre objetividade e

Um dos caminhos apontados na superação de dicotomias diz respeito à necessidade do debate interdisciplinar. É na interdisciplinaridade que cerca a construção da infância como objeto de pesquisa dentro das ciências sociais que Danic, Delalande e Rayou (2006) propõem a realização de pesquisas do tipo sócio-etnográficas, nas quais os pesquisadores que adotam a infância como objeto de análise nesse campo se opõem a: (1) uma visão restritiva da socialização como um processo unilateral em que as crianças se adaptariam aos dispositivos das instituições e dos agentes sociais; (2) uma visão de criança como receptáculo vazio a ser preenchido; (3) uma concepção de criança como *ser futuro*, *vir-a-ser*, negativo da adultez; (4) o processo de constituição do sujeito como um percurso linear, sendo a infância a primeira etapa da progressão da irracionalidade para a racionalidade, da imaturidade para a maturidade. Por outro lado, em relação às proposições, consideram que: (1) a criança é uma construção social; (2) os modos de construção da infância são variáveis, tanto diacronicamente quanto sincronicamente; (3) a infância é um componente da cultura e da sociedade; é uma forma estrutural que não desaparece; (4) as crianças são atores sociais, sendo ao mesmo tempo produtoras e produtos dos processos sociais; (5) a infância é uma variável de análise sociológica que deve ser considerada em sentido pleno, articulando-se a outras variáveis clássicas como classe social, gênero e etnia.

De acordo com Coutinho, os estudos sociais da infância “[...] existem desde o século XIX, mas o que difere do movimento atual é justamente o caráter que esses estudos possuem na contemporaneidade, a interdisciplinaridade e a presença mais incidente de áreas das ciências sociais e humanas” (COUTINHO, 2016, p. 763). Nesse sentido, a Sociologia da Infância – entre outras⁸ – vem cumprindo papel

relativismo; caráter de verdade e normatização em torno de formular e validar sua *cientificidade* epistemológica como produção de conhecimento (JAPIASSU, 1981, 1982, 1989). Segundo Japiassu, a complexidade se dá na medida em que, ao operar com o caráter de verdade e concepção do real no interior dos diferentes campos, “o interesse de cada tipo pode ser medido por sua maior ou menor fecundidade” (JAPIASSU, 1981, p. 4). Como medir fecundidade em ciências humanas? Para o autor, isso se torna possível se o interesse do debate se “fundamenta no material fornecido pela história das ciências, na medida em que esta é analisada, não em sua dinâmica interna apenas, mas em seu modo real e efetivo de realização” (JAPIASSU, 1981, p. 4). Isso porque, pensar epistemologicamente as ciências humanas significa considerá-las como um saber que se dá na fronteira da história não como disciplina, mas como indagação do próprio tempo, que exige “mostrar que as pesquisas e as descobertas científicas encontram-se vinculadas a uma concepção de mundo historicamente determinada” (JAPIASSU, 1981, p. 5).

⁸ Podem ser mencionados: História da Infância (Mary Del Priori e Moysés Kuhlmann Jr.); Filosofia da Infância (Walter Kohan); Geografia da Infância (Jader Jane); Psicologia Social (Fúlvia Rosemberg).

determinante na posição ocupada pelas crianças no interior das pesquisas em Ciências Humanas. Interessa, pois, compreender como as áreas não se isolam como disciplinas, mas contribuem como campo articulado e híbrido para pensar as questões da infância, da criança e, o que nos interessa, os bebês e suas especificidades.

Os primeiros registros do surgimento do campo da Sociologia da Infância nas ciências humanas estão apresentados no dossiê dedicado ao tema publicado em 1998 na França, na revista internacional de sociologia *Éducation et Sociétés*, com dois números temáticos organizados. No editorial do primeiro número desse dossiê, Sirota (2001) aponta que a escolha do tema *sociologia da infância* afina-se com os objetivos fundadores da revista: desenvolver uma sociologia da educação que ultrapasse a sociologia da escola, estar atenta às evoluções do meio científico e exprimir as ‘recomposições do campo’ onde a sociologia encontra disciplinas vizinhas: filosofia, psicologia, história, demografia, ciências políticas etc. Destacamos dois artigos nessa publicação que analisam o surgimento da Sociologia da Infância como um campo específico, um deles focalizando a literatura em língua francesa, de autoria da própria Régine Sirota, e o outro a de língua inglesa escrito por Cléopatre Montandon. Em 2001, esses dois artigos foram publicados no Brasil. O que mostra que no Brasil tem se constituído um espaço de conhecimento, penetração e diálogo com a Sociologia da Infância.

Embora Sirota considere que para compor a Sociologia da Infância tenha sido necessária a aproximação com outros campos, analisando os trabalhos realizados com a vertente americana do campo, Prout chama atenção para a ineficácia do antagonismo muitas vezes assumido pela Sociologia da Infância em relação à Psicologia como forma de se distinguir como campo, polarizando a perspectiva das “crianças como indivíduos versus crianças como seres sociais” (PROUT, 2010, p. 739). Para este autor, a Sociologia da Infância passa por momento de redefinição de seus fundamentos, de modo a abarcar as transformações que realinham a dinâmica dos constructos na Sociologia, bem como o hibridismo das categorias infância e criança ao longo do percurso de constituição dessas categorias até à contemporaneidade, sem reduzi-las, pois “[...] vista globalmente, a cultura da

infância e da juventude está se tornando cada vez mais homogênea” (PROUT, 2010, p. 743).

A Antropologia também apresenta estudos que visam mapear, compreender, analisar as categorias *infância* e *criança* no interior de suas investigações – ver Cohn (2001, 2005), Pires (2010), Sousa (2014), entre outros. Indagações sobre “O que é a criança? O que é ser criança? Como vivem e pensam as crianças? O que significa a infância? Quando ela acaba?” (COHN, 2005, p. 7). De acordo com Cohn (2001), os estudos pioneiros sobre o tema datam dos anos de 1920, 1930, “por antropólogos norte-americanos ligados à Escola de Cultura e Personalidade, especialmente os de Margaret Mead [...], que preocupavam-se em entender o que significa ser criança e adolescente em outras realidades socioculturais [...]” (COHN, 2005, p. 11).

De modo gradativo, a criança se constitui como sujeito de investigação, informante capaz de dizer de si, a partir do seu lugar, da posição que ocupa diante da realidade da qual participa, “porque não há imagem produzida sobre a criança e a infância, ou pela criança, que não seja, de algum modo, produto de um contexto sociocultural e histórico específico, do qual o antropólogo deve dar conta” (COHN, 2005, p. 50). Do mesmo modo que não há uma imagem produzida sobre a criança, também não há sobre o bebê que não seja contextual, fruto de processos históricos. De acordo com Pires (2010), os constructos que envolvem categorias como infância, criança, adulto, socialização também não estão resolvidos na Antropologia. Ao indagar “o que as crianças podem fazer pela antropologia?”, a autora responde que, ao estudar a criança, pode-se justamente se promover uma reconstrução teórica no interior da Antropologia Cultural, problematizando a perspectiva da passividade da criança diante do saber adulto. Para a autora:

[...] essa maneira de pensar repousa sobre a definição do adulto portador de cultura, do *bebê enquanto ser associal* e da criança enquanto ser se tornando social à medida da inculcação dos padrões de comportamento culturais de sua região natal [...]. A cultura teria um remetente e destinatário, assim como um endereço fixo (PIRES, 2010, p.147. Destaque nosso).

A ideia que ronda o bebê como ser associal, puro receptáculo à espera da atuação da cultura, por meio da inculcação do outro, impregna discursos e práticas,



contribui para sua invisibilidade, e é algo que precisa ser enfrentado no terreno teórico e propositivo. Destacadas brevemente algumas interlocuções em torno dos conceitos de infância e de criança em distintas áreas, verificaremos, a partir de alguns estudos, aspectos que apontam para a potência dos bebês como categoria analítica.

OS BEBÊS COMO CATEGORIA CONCEITUAL DE ESTUDO: EM BUSCA DE UM LUGAR

Para saber onde as coisas vão dar, só tem um jeito: começar!
(TAVANO, 2009, s/d).

A discussão deste tópico busca entrecruzar pesquisas da revisão bibliográfica anunciada anteriormente com outros estudos que contribuem para pensar uma dada conceituação do bebê. Após a leitura de seus resumos e palavras-chave, destacamos três pesquisas que apontam uma determinada revisão conceitual interdisciplinar para a investigação e porque usam a expressão *bebês* como uma de suas palavras-chave⁹. Também trazemos para este tópico, aspectos do trabalho da antropóloga Alma Gottlieb (2009, 2012). Ainda que não componha o *cópus* da revisão bibliográfica, apresenta consistente contribuição no escopo deste artigo.

Tebet (2013), examina as bases teóricas da Sociologia da Infância de língua inglesa, na intenção de compreender o que este campo pode dizer e propor para pensar conceitual e metodologicamente o bebê. Sua análise conclui que os conceitos de *criança*, *geração*, *cultura de pares*, como construções narrativas, não são suficientes para abarcar definir o bebê, isso porque:

[...] a condição vivida pelo bebê é distinta da condição da criança, uma vez que a criança é um *ser* que, de algum modo, já foi individuado, já constituiu para si uma identidade geracional, de gênero, de raça, de pertencimento a um grupo de amigos, enquanto o bebê é um *ser* ainda totalmente preenchido pela sua condição pré-individual, o bebê não construiu ainda a sua identidade, ele é o *devir*, é a singularidade da

⁹ Um grande número das pesquisas se refere ao grupo etário compreendido como o a 3 anos com expressões como *pequeninos*, *crianças bem pequenas*, *crianças pequenas*. Não descartamos o uso dessas expressões. Contudo, nesse primeiro movimento de análise, nosso esforço está em impulsionar o debate sobre/para a categoria conceitual para o termo bebê, sem desconsiderar que, ao fazê-lo, nos colocamos diante do desafio de pensar a dinâmica interna para essa proposta: como definir critérios internos ao termo para qualificar/repensar, dinamizar distinções que o movimento de vida dos bebês coloca na fronteira entre meses e idades? De que modo definir sem restringir?

diferença e a potencialidade de fazer emergir novas formas de ser e relacionar-se (TEBET, 2013, p. 5-6. Grifos nossos).

Embora possamos compreender que sua tese convida a cruzar uma fronteira de certo modo generalizada – afinal, um bebê de colo, ou de um ano, de dois pode ser definido como uma *criança* tal como essa categoria vem sendo assumida no discurso social? –, há elementos que também parecem reduzir o bebê, como os conceitos de *ser e devir*.

Para Prout (2010), faz-se necessário o reexame das categorias *ação e estrutura, natureza e cultura, ser e devir*, como reconsideração de algumas bases da Sociologia da Infância, em busca de superar dicotomias. Para o autor, as categorias *ser e devir* foram tomadas de forma pragmática, acentuando o antagonismo que visavam superar. Na sua leitura, essas categorias, na contemporaneidade, aplicam-se tanto às crianças, quanto aos adultos no que sugerem não de completude ou incompletude, mas de inacabamento. *Ser e devir*, portanto, parecem ser categorias mais alargadas, não binárias.

Na interface entre Psicanálise (WINNICOTT, 1975, 1990, 2000, 2011, 2014) e Antropologia Filosófica (BUBER, 1949, 1974, 2003, 2009), Mattos (2018) conceitua o *bebê como pessoa de relação na sua atualidade*. Na articulação reflexiva entre esses autores, propõe compreender e conceituar o bebê a partir de quatro categorias conceituais que se interdependem e acionam ações dos adultos em direção aos bebês e destes, em direção aos adultos de modo cúmplice, dialógico, não passivo:

Relação – estado de ser para além de si mesmo. Seus componentes: solidariedade e semelhança; **Sutileza** – marca do que se faz no *entre*, no *espaço-potencial*. Envolve agir, olhar, escutar, acolher; **Vínculo e reciprocidade** – encontro instaurado *pela e na relação, pela e na sutileza* (MATTOS, 2018, p.73. Destaques nossos).

Para a autora, a posição do adulto – ou da criança de mais idade – frente ao bebê é radicalmente distinta dada a natureza dos gestos corporais, da linguagem¹⁰ (olhares, balbucios), mas não antagônica, uma vez que todos – bebês, crianças, adultos – já pertenceram a essa condição, embora nem sempre se lembrem ou dela nunca estivessem conscientes (WINNICOTT, 2012). A categoria *entre* sustenta essa formulação: em Buber (1974), é a categoria ontológica que funda a possibilidade do

¹⁰ Contribui nesse sentido a pesquisa de Guimarães (2008).

diálogo *interhumano*; em Winnicott (1975) *in-between*, espaço potencial, área de transição do mundo subjetivo ao objetivo. Interessou à autora compreender bases antropológicas e psicanalíticas que colocassem o bebê numa condição atual, como aquele que age, altera, provocada pela presença que ocupa no tempo, no espaço e, por isso, reordena o sentido dos ambientes e das relações. A partir dessas considerações, Mattos – que é também uma das autoras do presente artigo, propõe o verbete a seguir:

VERBETE – BEBÊ

Ser humano para quem o mundo é a inauguração da vida e, por isso, aquele que atualiza o mundo com sua chegada. Inicia sua jornada na condição de dependência absoluta do outro. Portanto, desde seus estágios iniciais, carrega a relação como marca definidora que tornará possível o contorno de suas ações sobre si mesmo, sobre o mundo e sua inserção na cultura. É aquele com o qual se faz necessário construir semelhança (pela natureza de sua condição humana), estado de dedicação e, ao mesmo tempo, deslocamento, de modo a assegurar-lhe cuidados básicos responsáveis pela manutenção de sua saúde (material, física, psíquica), condições para existir, imaginar-se e constituir-se como *pessoa*. Na perspectiva antropológica-filosófica de Martin Buber e na psicanálise de Donald. W. Winnicott, o bebê nasce como ser humano e, ao longo do seu processo de amadurecimento pessoal, constitui-se como ser de relação, o que se dá no encontro com o outro. No primeiro e primitivo gesto de olhar e ser olhado por outrem, por alguém que lhe é semelhante e o acolhe, o bebê inaugura a sua vida como pessoa. Além do olhar, um conjunto de ações (sutileza e relação envolvem agir) sustentam e apoiam a capacidade de construir contorno sobre si mesmo (subjetividade) e, de posse disso, ir ao encontro da realidade externa (objetividade e intersubjetividade). O bebê responde a essas manifestações por meio de gestos expressivos e de linguagem como o riso, o choro, a tensão corporal, que revelam a *centelha de vida* como capacidade de inteireza. Os ritos de passagem, marcados por ações do cotidiano, constituem-se como ponte para que o bebê possa transitar, devagar, com tempo, sustentado pela confiança construída com o outro, da dependência absoluta à dependência relativa, constituindo, desse modo, relações marcadas pelo encontro, pelo vínculo, pela reciprocidade. Ao ingressar em contextos e círculos de convivência mais amplos, o bebê precisa ser tomado em sua singularidade, de modo que seja acolhido em seus processos subjetivos, com respeito aos seus estados de integração, na previsibilidade e continuidade de ações que o confirmem na prerrogativa de ser considerado *pessoa*. Ainda, e sobretudo, o *bebê* assim compreendido, é essa coisa atual e, por isso, pessoa sobre quem não cabe fechar definições, mas, em estado de dedicação solidária e generosa, em cumplicidade operante, caminhar com ele (MATTOS, 2018, p. 98-99).

Ao propor uma conceituação para os bebês nesses termos, acentua-se a potência do entrecruzamento (filosofia, psicanálise, educação) entre campos, que possa incluir os bebês na dinâmica das pesquisas como categoria de estudo. A autora toma a perspectiva dos ritos de passagem como referência simbólica e material com a qual os bebês vão constituindo sentido entre aquilo que é do universo objetivo e do subjetivo, inscrevendo-se na malha social e por ela sendo afetado, instaurando dinâmica de interdependência na produção de sentido das coisas do mundo.

No diálogo com Michael Foucault, Hanna Arendt, Emmi Pikler, entre outros autores, Arruda (2019) busca conceituar o bebê sob os constructos *desejo, liberdade, autonomia*, a partir de sua *condição, situação e lugar*. Ao analisar condições políticas de atendimento aos bebês de zero a três anos de idade, na Baixada Fluminense, a autora conceitua o bebê, com vistas a sustentar sua posição de olhar e respeito a ele, sem desconsiderar o paradigma que esse movimento coloca, uma vez que conceituar o bebê, não significa conhecê-lo ou defini-lo totalmente, uma vez que ele carrega a gênese da novidade do mundo e, anuncia assim, o inescapável. Na sua análise, a situação política não é favorável a esse olhar para o bebê e, desse modo, não contribui nem impacta na sua condição de ser e existir. Ainda assim, diante da invisibilidade das políticas, defende que o bebê é “[...] aquele que, apesar de suscetível e passível de alguém ou alguma coisa, é também um ser humano autônomo, que tem sua vontade, suas escolhas, seus desejos e possui direito à liberdade” (ARRUDA, 2019, p. 29).

Ao cruzar as três pesquisas, encontram-se indagações sobre o lugar ocupado pelos bebês no interior das disciplinas e campos (TEBET, 2013) e apostas que caminham na defesa de que conceituar a categoria *bebê* se faz necessário para tornar visível sua existência (MATTOS, 2018; ARRUDA, 2019).

A antropóloga norte-americana Alma Gottlieb (2009, 2010, 2012) indaga sobre os caminhos de investigação sobre os bebês na Antropologia Cultural. De modo parecido com Tebet (2013), reconhece os avanços da Sociologia, disciplina vizinha, na discussão sobre criança e infância como categorias de estudo e análise,

reconhece a resistência desse movimento em direção aos bebês e aponta para a emergência de se ampliar o estudo sobre o bebê como categoria:

[...] ainda que esse trabalho em desenvolvimento tenda a sub-representar as experiências dos bebês em comparação com as das crianças mais velhas, o desenvolvimento acadêmico é notável. Juntos, esses autores da Antropologia e de disciplinas correlatas indicam caminhos encorajadores [...]. Até agora, foram utilizados os termos “bebê” e “primeira infância” de uma forma um tanto indiscriminada, como se fossem por si só evidentes (GOTTLIEB, 2009, p. 316-7).

Desse modo, a autora reconhece a ampliação dos estudos, mas também sinaliza para a necessidade de ampliação, ressaltando como a categoria bebê está à margem, *sub-representada* nesse campo de estudos.

Seu trabalho sobre os bebês Beng (GOTTLIEB, 2012) vem se constituindo como referência em vários sentidos. Como referencial teórico (a autora destaca ao longo do estudo trabalhos de pesquisadores que vêm se debruçando sobre o tema); como metodologia de pesquisa, por fazer do bebê um *informante potente* da etnografia empreendida, porque “no nível teórico, os bebês constituem, para a maioria de nós, um não sujeito, ocupando um espaço negativo que é virtualmente impenetrável para o olhar antropológico” (GOTTLIEB, 2012, p. 81). Reflexão que revela, seja na Antropologia ou em outro campo, que se acostumou a olhar para os bebês a partir da sua posição com um outro (a mãe, o pai, outros cuidadores). Onde estão os bebês? No colo de alguém, colocado por alguém em determinada postura ou lugar, sob os cuidados de alguém. Se fizermos essa mesma pergunta – *onde estão os bebês?* – a partir de seus movimentos, da posição ocupada e experimentada por eles no lócus social, que respostas serão possíveis?

Indagações que não implicam excluir o outro da relação com o bebê, o que seria impossível, porque o bebê necessita dessa relação para constituir-se no mundo. Contudo, o que a Antropologia pode ensinar é tirar o bebê da periferia no momento em que se possa assumi-lo como sujeito a partir de seus termos, pois “[...] como sugeri, ainda que muitos antropólogos tenham mencionado sucintamente hábitos culturais variados a respeito dos bebês, poucos os levaram a sério como sujeito adequado para uma investigação antropológica mais extensa” (GOTTLIEB, 2012, p. 93).

O que se impõe como desafio parece ser tomar os *bebês como sujeitos* que têm o que dizer a partir de si próprios, o que significa reconsiderar estratégias de escuta e observação que o tome *informante* capaz, em oposição à imagem de ser *associal* (PIRES, 2010)? Como propõe Gottlieb (2012), não há um Outro tão radicalmente oposto ao adulto quanto um bebê. Radicalidade esta que poderia ser observada a partir da posição subjetiva ocupada por adultos e bebês marcada por distinções de tempo-espço; dada a condição ocupada por cada um, mas semelhantes no que se refere à condição humana de ambos (MATTOS, 2018; ARRUDA, 2019). Para Winnicott (2012), todos os adultos já pertenceram à condição de serem bebês, embora possam não se lembrarem ou, dessa condição jamais tivessem tomado consciência. Para conhecê-lo, portanto, faz-se necessário aproximar-se do bebê a partir de suas formas de expressão, redimensionando a imagem que “[...] apresenta um passivo bebê como objeto em vez de um ativo bebê como sujeito [...]” (GOTTLIEB, 2012, p. 96).

PONDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando as discussões propostas, sem pretensão de concluí-las, elencamos alguns pontos que visam subsidiar a ampliação das argumentações do artigo, tendo em vista que, mais do que identificar *onde estão os bebês*, seja possível ampliar focos de investigação que proponham agendas e práticas que os tornem visíveis, a partir de sua posição (subjetiva, singular, *radicalmente* oposta a um outro) no contexto social: (i) A partir do debate dos estudos da infância, das discussões sobre infância e criança, torna-se possível situar marcas que marcam a condição de ser bebê da de ser criança?; (ii) Que marcas definem a infância para o bebê ou a infância do bebê?; (iii); O bebê, tomado como *pessoa de relação* convida a que reformulação de princípios teóricos ou de reformulação de práticas?; (iv) De que modo as teorias (sociais, psicológicas, médicas, biológicas) podem contribuir na fundamentação teórica do estudo sobre, com, para os bebês, sem reduzi-los ou determiná-los?

Coadunamos com a proposição de Tebet (2013), de que “[...] olhar para os bebês, a partir da Sociologia da Infância (ou da Antropologia, da Geografia, da Filosofia etc.) implica reconhecer a especificidade dos bebês na tessitura social” e que essa tarefa “[...] implica ultrapassar a fase de ‘extensão conceitual’ e inaugurar uma fase de ‘reconstrução teórica’” (TEBET, 2013, p. 140-1), que extrapole fronteiras etárias, lógico-temporais, narrativas lineares sobre infância e criança, ou mesmo as lógicas vigentes que regem reduzidas concepções sobre ser bebê.

Se a dimensão político-administrativa trouxe o bebê para o campo da Educação, as análises aqui propostas tensionam reforçar articulações entre diferentes campos do conhecimento, que possam contribuir na definição conceitual que contemple os modos singulares de expressão, necessidades, constituição dos bebês, desde o início de sua vida, até os processos de entrada, abertura, imersão, apropriação das formas relacionais e culturais das quais participa.

Onde estão os bebês? visa provocar um debate epistêmico sobre quem é o bebê. Se, por um lado, o contexto da Educação apresenta expressividade nos estudos sobre os bebês, por outro, anuncia a interdisciplinaridade como potente aposta nesse sentido. A partir de posição como a de Gottlieb (2012), compreende-se que o campo da Antropologia pode fundamentar um conhecimento sobre ser bebê a partir do que manifesta de suas expressões, sob muitas possibilidades de inserção na cultura, não como *ser associal, passivo*, mas potente e fundante da/na sociedade.

Os estudos da infância e da criança na Antropologia tratam de investigar os processos de sociabilidade da criança inserida no *cópus social*. Nesse ponto, o trabalho de Gottlieb (2012) provoca uma fissura, porque visa reconhecer o bebê como *sujeito* não só de investigação, mas capaz de ser *informante*. Sendo assim, mapear seus itinerários pode impactar no modo como as culturas compreendem e recebem os bebês nos seus contextos de vida e na sociedade. Assim, seria a cultura, o *cópus social*, quem aprenderia com os bebês. Isso é o que o bebê pode fazer pelos adultos como sociedade.

Como categoria social, cultural, antropológica, humana, não deveriam os bebês serem de responsabilidade da sociedade como um todo, incluindo diferentes setores de modo articulado e integrado? Assumir o compromisso por compreender *quem é o bebê?* pode instituir uma agenda comprometida com a ampliação da luta e

manutenção dos seus direitos, por melhores condições para suas vidas e visibilidade do seu papel como sujeito social.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Glacione R. da Silva. **Quem são e onde estão os bebês?** Conceito, Políticas e Atendimento na Baixada Fluminense. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Referencial Curricular para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** CAMPOS Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). Brasília: MEC, SEB, 2009a.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009b.

_____. **Parecer Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** BRASÍLIA: 2009c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: dez. de 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei nº 8.069, de 13/09/1990. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2010c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017

BUBER, Martin. **¿Qué es el hombre?** Tradução de Eugenio Ímaz. México: FCE, 1949.

_____. **Eu e Tu.** Tradução, introdução e notas de Newton Aquiles Von Zuben. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1974.

_____. **El camino Del ser humano y otros escritos.** DÍAZ, Carlos (tradução e notas). Madri: Fundación Emmanuel Mounier, 2003.

_____. **Do diálogo e do dialógico.** Campinas: Perspectiva, 2009.

BUSS-SIMÃO Márcia; ROCHA Eloisa A. Candal, GONÇALVES, Fernanda. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. **Rev. bras. Estud. pedagog.** [Online], Brasília, v. 96, n. 242, p. 96-111, jan./abr. 2015.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1995.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**, n. 9, p. 13-26, 2001.

_____. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin. **A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche**. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga.

_____. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016.

DANIC, Isabelle; DELALANDE, Julie; RAYOU, Patrick. **Enquêter auprès d'enfants et de jeunes: objets, méthodes et terrains de recherche en sciences sociales**. Rennes: PUR, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza e. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017.

GONÇALVES, Fernanda; ROCHA, Eloisa Acires Candal. Indicativos da produção científica para a educação dos bebês e crianças bem pequenas no contexto da educação infantil. **Revista zero a seis**. v. 19, n. 36, p. 397-410, jul./dez. 2017.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336 jul./set. 2009.

_____. Prefácio. In: MÜLLER, Fernanda (org.). **Infância em perspectiva: pesquisas e instituições**. 1. ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

_____. **Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre Crianças e Adultos no Berçário de uma Creche Pública na Cidade do Rio de Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HADAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

_____. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.



- _____. **Psicanálise: ciência ou “contraciência”?** Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil.** A arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.
- MATTOS, Maria Nazareth de S. Salutto de. **Bebês e livros: relação, sutileza, reciprocidade e vínculo.** 2018. 200 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro.
- MONTANDON, Cléopatre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.
- NUNES, Maria Fernanda R., CORSINO, Patrícia, DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO/Ministério da Educação/Fundação Orsa, 2011.
- PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010.
- _____. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 133-151, 2008.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez. 2010
- ROCHA, Eloisa A. Candal. Infância e Educação: delimitações de um campo de pesquisa. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 17, p. 67-88, 2002.
- _____. 30 anos da educação infantil na Anped: caminhos da pesquisa. **Zero a Seis**, Florianópolis, v. 1, n. 17, p. 52-65, jan./jun. 2008.
- _____; BUSS-SIMÃO, Márcia. Infância e educação: novos estudos e velhos dilemas da pesquisa educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 943-954, 2013.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A cidadania dos bebês e os direitos dos pais e mães trabalhadoras. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA Ana Lúcia Goulart de (Orgs). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora.** Campinas, SP: Edições Leitura Crítica/Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; AMORIM, Katia de S.; OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. de. Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 437-464, jul./set. 2009.
- SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.
- SCHMITT, Rosinete Valdeci. **“Mas eu não falo a língua deles!”: as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil.** 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 43, p. 84-98, jan./abr. 2010.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade capuxu através da infância**. 2014. 422 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TAVANO, Silvana. Ilustrações: Elma. **Como começa?** 2. ed. São Paulo: Callis Ed., 2009.

TEBET, Gabriela G. **Isto não é uma criança!** Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

TRISTÃO, Fernanda. **Ser professora de bebês: um estudo de caso de uma creche conveniada**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento de Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; Revisão técnica Helena Souza Patto. 4. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

_____. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LCT, 2014.

Recebido em: 26/01/2018

Aceito para publicação em: 28/02/2019